

VAGAS LIMITADAS!
EP
VAGAS LIMITADAS!

POLÍCIA

REUNIÃO DE VESPERA



PC PERNAMBUCO

CARGOS: AGENTE & ESCRIVÃO DE POLÍCIA



24 de
Fevereiro



7h às 18h



Auditório do INTERDATA, Recife

DIREITO ADMINISTRATIVO – VIVIANE MAIA

1º) Com relação ao controle da administração pública, assinale a opção correta.

- A) O controle exercido pelos ministérios sobre pessoas jurídicas integrantes da administração pública indireta denomina-se supervisão ministerial e denota modalidade de controle por subordinação.
- B) O tribunal de contas é o órgão responsável pelo controle interno do Poder Executivo.
- C) A abertura de PAD pela administração pública configura controle judicial.
- D) As contas do Poder Executivo serão submetidas ao Poder Judiciário, com parecer prévio do tribunal de contas ou órgão equivalente.
- E) A administração pública, no exercício de suas funções, se sujeita ao controle externo dos Poderes Legislativo e Judiciário, além de ela mesma exercer o controle sobre os próprios atos.

2º) No tocante às formas de realização da função administrativa, assinale a opção correta.

- A) A descentralização por outorga ocorre quando o Estado transfere, por contrato ou ato unilateral, a execução de serviço para que este seja prestado em nome e por conta e risco do outorgado.
- B) Ocorre descentralização por delegação quando o Estado transfere determinado serviço público para uma entidade por ele criada.
- C) Há centralização quando as atividades administrativas são desempenhadas por órgãos integrantes da administração direta.
- D) Um exemplo de desconcentração é a criação de uma autarquia à qual a União transfira, por lei, a competência de atuar em determinado serviço público.
- E) Sociedade de economia mista tem personalidade jurídica de direito público e é criada mediante autorização por lei, sob a forma de sociedade limitada.

3º) Gabriela Luz foi encarcerada por equívoco, em decorrência de sentença penal transitada em julgado que condenou sua irmã gêmea Graziela Luz, prolatada nos termos da lei, após o devido processo legal, diante de robustas provas constantes dos autos.

Tal equívoco decorreu de erro do cartório, por conduta do servidor Martin, que fez constar o nome e CPF de Gabriela do mandado de prisão e ensejou, assim, o engano das autoridades policiais responsáveis pela prisão.

Diante dessa situação hipotética, Gabriela visa a ajuizar ação para obter a responsabilização civil em razão dos prejuízos decorrentes de seu equivocadamente encarceramento, sendo correto afirmar que ela deve ajuizar a demanda em face

- A) do respectivo ente federativo, de Martin e das autoridades policiais, em decorrência das condutas que ocasionaram direta e imediatamente os danos experimentados.
- B) do respectivo ente federativo, em decorrência de erro judiciário, cabendo, eventualmente, ação de regresso dirigida ao Magistrado que prolatou a sentença condenatória.
- C) de Martin e das autoridades policiais, ambos responsáveis pelas condutas que ocasionaram direta e imediatamente os danos experimentados.
- D) do respectivo ente federativo, em decorrência da responsabilidade do Estado pela conduta de seus servidores, cabendo, eventualmente, ação de regresso em face de Martin.
- E) do respectivo ente federativo, em decorrência da responsabilidade do Estado pela conduta de seus servidores, cabendo, eventualmente, ação de regresso em face do Magistrado, de Martin e das autoridades policiais.

4º) Assinale a opção correta em relação à responsabilidade civil do Estado.

- A) O Estado tem direito de ser ressarcido pelo agente público, pelos danos que este tenha causado a terceiros, ainda que não seja comprovado dolo ou culpa.
- B) A conduta omissiva do agente público, ainda que dolosa, não gera o dever estatal de indenizar terceiro.
- C) A atuação estatal que cause dano ao particular gera a obrigação de indenizar, independentemente da comprovação de dolo ou culpa do agente.
- D) A culpa exclusiva da vítima, o caso fortuito ou a força maior não configuram excludentes de responsabilidade do Estado.

5º) Em relação à retirada dos atos administrativos, associe corretamente o conceito à sua respectiva definição.

CONCEITOS

- (1) Cassação
- (2) Anulação
- (3) Revogação
- (4) Caducidade
- (5) Contraposição

DEFINIÇÕES

() Retirada do ato administrativo por meio de ato discricionário pelo qual a administração extingue um ato válido, por razões de oportunidade e conveniência.

() Retirada do ato administrativo em razão de sobrevir norma jurídica que tornou inadmissível a situação antes permitida pelo direito e outorgada pelo ato precedente.

() Retirada do ato administrativo em razão da emissão de ato com fundamento em competência diversa da que gerou o ato anterior, mas cujos efeitos são opostos aos daquele.

() Retirada do ato administrativo em razão de vício de legalidade insanável não passível de convalidação.

() Retirada do ato administrativo em razão do descumprimento, pelo destinatário, de condições que deveriam permanecer atendidas a fim de poder continuar desfrutando da situação jurídica.

A sequência correta dessa associação é

Alternativas

- A) 3, 1, 5, 4, 2.
- B) 1, 2, 4, 3, 5.
- C) 3, 4, 5, 2, 1.
- D) 1, 3, 2, 4, 5.

6º) Porque era inimiga do solicitante, a autoridade administrativa competente negou um pedido de concessão de licença para a construção de edifício, que constituía um ato vinculado. Nessa situação hipotética, a decisão da autoridade

Alternativas

- A)** tem vício de competência, devendo ser refeita.
- B)** tem um vício na forma legal, podendo ser ratificada.
- C)** tem desvio de finalidade, devendo ser considerada nula.
- D)** foi tomada com abuso de poder, podendo ser revogada.
- E)** deve ser considerada imotivada, mas pode ser convalidada.

7º) Julgue o item subsecutivo, a respeito dos poderes da administração pública.

A administração pública exerce o poder disciplinar ao aplicar sanções, por exemplo, a um motorista particular que dirige seu veículo em velocidade acima da máxima permitida.

- Certo
 Errado

8º) Determinado fiscal de vigilância sanitária da prefeitura fechou temporariamente, com fundamento em lei municipal, restaurante que vendia comida estragada. Considerando essa situação hipotética, julgue o item seguinte.

O ato do fiscal foi inválido, porque o fechamento de restaurante, ainda que temporariamente, depende de autorização judicial.

Alternativas

- Certo
 Errado

9º) Com relação a aspectos da administração pública, julgue o item seguinte.

A publicidade dos atos administrativos favorece o controle social, razão pela qual a moderna administração pública brasileira, em obediência ao princípio constitucional da publicidade, não mais admite que atos praticados em seu âmbito possam ser protegidos por qualquer tipo de sigilo.

Alternativas

- Certo
 Errado

10º) A administração pública detém determinados poderes, a partir dos quais busca satisfazer o interesse público, que se sobrepõe ao interesse privado. Nesse sentido, o poder de cada ente administrativo de apurar infrações e aplicar penalidades a servidores públicos consiste no poder

Alternativas

- A) disciplinar.
B) vinculado.
C) discricionário.
D) hierárquico.
E) regulamentar.

11º) A atuação administrativa deve ser pautada pela indisponibilidade do interesse público. A fim de balizar essa atividade, existem os princípios orientadores das normas de conduta do Estado. Acerca dos princípios de direito administrativo, julgue o item. Um servidor público que deixe de realizar atividades de sua competência para prejudicar um desafeto afronta o princípio da impessoalidade, que se traduz na ideia de que a atuação estatal deve se pautar pela busca dos interesses coletivos.

- Certo
 Errado

12º) As determinações superiores dirigidas aos servidores públicos subordinados, a menos que sejam manifestamente ilegais, devem ser cumpridas. Essa relação de subordinação entre os agentes públicos configura exercício do poder de polícia administrativo.

- Certo
 Errado

VAGAS LIMITADAS!
EP
VAGAS LIMITADAS!

POLÍCIA

REUNIÃO DE VESPERA



PC PERNAMBUCO

CARGOS: AGENTE & ESCRIVÃO DE POLÍCIA



24 de
Fevereiro



7h às 18h



Auditório do INTERDATA, Recife